

# I – A prática antropológica e o campo do patrimônio: trajetória e perspectivas

# Bois, patrimônio em tempos de pandemia

Luciana Gonçalves de Carvalho

Alvatir Carolino da Silva

Wilmara Aparecida Silva Figueiredo

## INTRODUÇÃO

Em 2 de julho de 2020, tão logo encerrado o ciclo junino que mobiliza centenas de grupos de boi no Norte e Meio-Norte do Brasil, o Comitê de Museus e Patrimônios da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) promoveu o *webinar*<sup>1</sup> intitulado *Patrimônios, museus e reexistências: as festas populares*, com o objetivo de debater a situação de algumas celebrações no contexto da pandemia de covid-19 instalada no país. Entre outros convidados, participaram do debate uma das autoras deste texto e Claudia Regina Avellar Santos, atual presidenta do Bumba Meu Boi da Liberdade, de São Luís do Maranhão (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2020).

Vinte dias depois, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (2020) da Universidade Federal do Oeste do Pará realizou a roda de conversa virtual *Bumba meu boi-bumbá: as brincadeiras de boi em 2020* com o objetivo de discutir, especificamente, os impactos da pandemia nos rituais juninos do bumba meu boi no Maranhão e do boi-bumbá no Pará e no Amazonas. O evento reuniu pesquisadores e brincantes desses três estados, entre os quais dois dos autores deste texto e a maranhense Nadir Cruz – turismóloga, brincante e presidenta do Bumba Meu Boi da Floresta, de São Luís-MA.<sup>2</sup>

---

1 *Webinar* ou *webinário* é um tipo de seminário que se tornou popular durante a pandemia da covid-19, pois é realizado e transmitido em plataformas virtuais, podendo ser pré-gravado ou exibido ao vivo.

2 À professora e pesquisadora Juliana Manhães cabem os agradecimentos pela parceria na produção desse evento e pela mediação do debate com Nadir Cruz.

Instigados pelos debates proporcionados no ambiente virtual, propomos neste artigo refletir sobre históricas contradições dos processos políticos de valorização e desconsideração das expressões culturais populares no Brasil. Argumentamos que, no atual contexto de pandemia, tais contradições históricas contribuíram para fomentar diferentes e desiguais experiências sociais no âmbito de uma das mais eminentes festividades do ciclo junino brasileiro. Delimitamos como objeto empírico das presentes reflexões as brincadeiras de boi do Maranhão e do Amazonas, levando em conta algumas características que as aproximam, além do fato de se inserirem em um amplo conjunto de festejos realizados em torno de bois-brinquedos de Norte a Sul do país.<sup>3</sup>

Consideramos, em primeiro lugar, a forte influência de maranhenses nos bois amazonenses, em especial na origem do Boi Garantido,<sup>4</sup> de Parintins, e dos bois mais antigos de Manaus, que surgiram em casas de culto de tambor de mina.<sup>5</sup> Em segundo lugar, o fato de o Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão e o Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins terem sido recentemente registrados como patrimônio cultural do Brasil suscita entre eles comparações. O estatuto de patrimônio atribuído a esses bois, por sua vez, remete a uma terceira característica comum a

---

3 Outras manifestações culturais envolvendo um boi-brinquedo são: o boi calemba, no Rio Grande do Norte; o cavalo-marinho e o bumba meu boi em Pernambuco; o boi de reis, no Espírito Santo; o boi de mamão, em Santa Catarina; o boi pintadinho, no Rio de Janeiro; e o boi duro, na Bahia.

4 As narrativas sobre a origem do Boi Garantido, por exemplo, remetem-no à iniciativa de Lindolfo Monteverde, filho de um marinheiro e ex-escravo natural do Maranhão, onde a brincadeira do boi está fortemente conectada à devoção a São João. Aos treze anos, Lindolfo Monteverde teria criado um bozinho para brincar com outros meninos, mas, acometido por uma enfermidade que o impedia de andar, prometeu a São João Batista que, se tivesse a saúde restaurada, daria continuidade ao boi até o fim de sua vida. “Assim, o Boi Garantido surgiu como uma *brincadeira* de meninos e ao mesmo tempo como um *boi de promessa*” (BRAGA, 2002, p. 342-343. Grifos no original).

5 Segundo Ferretti (2006, p. 90), “tambor-de-Mina, ou simplesmente Mina, é uma denominação da religião afro-brasileira surgida no século XIX, na capital maranhense, onde continua sendo hegemônica. Além de muito difundida no Pará, é encontrada em outros Estados do Norte e do Nordeste e em grandes cidades brasileiras [...] para onde foi levada principalmente por migrantes do Maranhão e do Pará.

ambos, relativa à acentuação de sua projeção no cenário nacional e internacional, bem como de sua inserção nos arraiais e nas arenas políticas locais, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX. Por fim, foi de dentro de tais espaços de festa e poder que os distintos bois experimentaram o excepcional fenômeno da pandemia.

Para além dos referidos aspectos objetivos, há razões de ordem subjetiva que nos levam a refletir sobre as brincadeiras de boi do Maranhão e do Amazonas em um exercício, nem sempre fácil, de coautoria. Cada autor deste artigo tem uma relação mais ou menos íntima e prolongada com os bois, os respectivos processos de patrimonialização e as estratégias por eles criadas para se manterem em atividade no período junino de 2020, marcado por alto número de infecções e óbitos por covid-19, que obrigaram a práticas de isolamento e distanciamento social ao mesmo tempo que estimularam parcela dos grupos a recorrerem a tecnologias de comunicação *on-line*.

A vivência mais radical no boi é, sem dúvida, a do amazonense Alvatir Carolino da Silva, e não só pelo fato de ele ser o atual vice-presidente da Associação Folclórica Cultural Boi-Bumbá Corre Campo, além de antropólogo e pesquisador dedicado a temas da cultura popular de Manaus. “Eu sou um brincante, antes de qualquer coisa, do boi” – ele declara, acrescentando que representa a terceira geração da família envolvida nessa brincadeira: “Eu nasci no Corre Campo, meu pai nasceu no Corre Campo, minha avó já era do Corre Campo, e a minha bisavó já fazia boi antes do Corre Campo existir” (NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM SOCIEDADES AMAZÔNICAS, CULTURA E AMBIENTE, 2020). Dada sua trajetória e seu conhecimento sobre cultura popular, Silva foi chefe do Departamento de Patrimônio Cultural criado em 2006 na Secretaria Municipal de Cultura de Manaus e, como tal, instituiu políticas de documentação e difusão de expressões folclóricas de Manaus. Desde então, acompanhou com visão crítica os processos de pesquisa e tomada de decisões que conduziram ao registro do boi do Médio Amazonas e Parintins a partir da posição anfíbia<sup>6</sup> de

---

6 O termo é utilizado por Fleischer (2007) em artigo que analisa a relação entre a produção de conhecimentos antropológicos e práticas de intervenção no Brasil.

pesquisador e brincante, e é, também, partindo dela que avalia a condição desse patrimônio em 2020.

A maranhense Wilmara Figueiredo, por sua vez, trabalhou durante cerca de quatro anos no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (CCPD-VF) – órgão sediado em São Luís que até pouco tempo era responsável pela política estadual de cultura popular –, onde travou contato com inúmeros brincantes de boi e outras expressões culturais. Por mais 18 meses foi gestora da Casa do Maranhão, ligada ao CCPDVF, onde seguiu em contato estreito com as brincadeiras. Concomitantemente a essa função, foi supervisora da pesquisa complementar do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão entre maio de 2007 e maio de 2008. Portanto, observa a empreitada da patrimonialização com amplo conhecimento do funcionamento das políticas públicas de cultura. Atualmente, além de madrinha de seis bois, é entusiasta de muitos outros que são tradicionais na cidade, notadamente dos sotaques<sup>7</sup> de zabumba e baixada, bem como de bois de encantado.<sup>8</sup> Em 2020, deu continuidade, embora com restrições impostas pela pandemia, a suas atividades voluntárias de contribuição com os ritos religiosos, pesquisa, produção de registros e suporte técnico aos bois que acompanha.

---

7 Segundo Carvalho (2011), o bumba meu boi do Maranhão apresenta variações significativas no que concerne a estilos rítmicos e musicais, personagens, indumentárias, formas de organização social, padrões coreográficos e territórios de origem. Sugestivamente, tais variações são designadas sotaques, dos quais cinco são convencionalmente reconhecidos: os sotaques de zabumba ou de Guimarães, de matraca ou da Ilha, de pandeirões ou de Pindaré ou da Baixada, de costa-de-mão ou de Cururupu, e de orquestra. A autora assinala, contudo, que “embora essas categorias sejam acionadas recorrentemente como indicadores de identidade, tanto por grupos quanto por indivíduos ligados ao boi, há diversas contestações da validade dessa forma de classificação. Há, ainda, muitos grupos que não se percebem ou não são percebidos como exemplar de qualquer dessas categorias, sendo vistos ou vendo-se como exceções à regra e permanecendo, nesse sentido, inclassificáveis” (CARVALHO, 2011, p. 76).

8 Trata-se de bois dedicados a entidades espirituais, cujas brincadeiras são feitas em terreiros e outros espaços religiosos (CANO, 2018; FERRETTI, 1996; 2004).

Luciana Carvalho, por fim, é a mais distante do universo festivo do boi. Nascida no Rio de Janeiro, conheceu o bumba meu boi do Maranhão por circunstâncias profissionais e acadêmicas, na passagem entre 2000 e 2001, quando assumiu a coordenação do INRC do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão e iniciou pesquisa de doutorado em antropologia sobre as performances cômicas da brincadeira. Nessa função, frequentou o CCPDVF e estabeleceu contato com pesquisadores e gestores envolvidos, já naquela época, no projeto de patrimonialização do boi de Parintins. Tendo migrado para o Pará em 2010, mantém contatos eventuais com pesquisadores e brincantes dos estados vizinhos, Maranhão e Amazonas. Nessa condição, articulou a roda de conversa *Bumba meu boi-bumbá* e o convite à representante do Boi da Liberdade para o *webinar* promovido pelo Comitê de Museus e Patrimônios da ABA, ambos eventos mencionados na abertura desta seção.

As relações pessoais integram uma dimensão importante das brincadeiras de boi tanto quanto da vida institucional que enquadra a atuação profissional e o ofício de antropólogos e antropólogas de modo geral. Nos contextos de pesquisa de campo, então, é ponto pacífico que atributos pessoais como empatia, cumplicidade e algum nível de confiança são essenciais. No campo da cultura popular, a realização de pesquisas e a gestão de políticas públicas são frequentemente atravessadas por componentes ligados à esfera das relações pessoais. Neste sentido, assinalamos a parcialidade das reflexões ora apresentadas, porquanto são estimuladas por debates entre sujeitos determinados que tomam, cada qual, sua parte nos processos analisados.

Assim, é preciso também situar nossos interlocutores: brincantes de bois do Maranhão que preferiram se manter anônimos, um dirigente do Boi-Bumbá Corre Campo, e Cláudia Regina Santos e Nadir Cruz, as quais compartilham trajetórias semelhantes no bumba meu boi do Maranhão. Ambas presidem grupos herdados de familiares – o Bumba Meu Boi da Liberdade, também referido como Boi de Leonardo (falecido pai de Regina, como ela é mais conhecida), e o Bumba Meu Boi da Floresta, também chamado de Boi

de Apolônio (falecido esposo de Nadir). Além de serem duas mulheres negras ocupando lugares de comando em um universo eminentemente masculino, as duas gerem projetos em comum e são praticamente vizinhas, já que Floresta é um logradouro do Território Liberdade, que em 2019 foi certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como quilombo urbano.<sup>9</sup>

Nas interlocuções diretas e mediadas que tivemos, os autores e nossos interlocutores, são evidenciadas visões e vivências singulares no universo boieiro do Maranhão e do Amazonas. Essas expressões das realidades locais, embora parciais, incompletas e situacionais – posto que realizadas no contexto peculiar da pandemia – detêm valor inegável para a compreensão dos paradoxos que marcam a trajetória das políticas de desconsideração/valorização da cultura popular naqueles estados.

#### CAMINHOS TORTUOSOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO

Festejos tradicionais da cultura popular, as brincadeira de boi são marcadas por grande diversidade no Maranhão e no Amazonas. Variam as designações que elas recebem, assim como a composição dos grupos, a visualidade, a musicalidade, a performance, os ciclos festivos e os sentidos místico-religiosos que assumem em cada estado, tendo sido em ambos largamente estudadas (BRAGA, 2002; CARVALHO, 1995; CARVALHO, 2011; CAVALCANTI, 2000; 2002; MARQUES, 1999; NOGUEIRA, 2014; SILVA, 2007; SILVA, 2011). Tanta carga simbólica conferiu a essas brincadeiras o título de Patrimônio Cultural do Brasil e a respectiva inscrição no livro de Celebrações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Nos dois casos, porém, os caminhos até a patrimonialização foram tortuosos e permeados por contradições cujas raízes se encontram nas ambivalentes relações históricas com os poderes políticos e econômicos nos círculos locais.

---

9 O território tem cerca de 150 mil moradores e engloba bairros como Liberdade, Fé em Deus, Floresta, Camboa e Diamante.

O INRC do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão foi iniciado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) em 2001, mas o registro desse bem só ocorreu em 2011, em um justo reconhecimento da importância social, histórica, cultural e política da manifestação. A motivação do INRC do boi maranhense, na virada do século, fundamentava-se em condições técnicas do CNFCP, que serviram de substrato ao desenvolvimento do projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular com o objetivo de testar os instrumentos recém-criados pelo Decreto nº 3.551/200 para reconhecimento do patrimônio cultural de natureza imaterial. Segundo Vianna (2001, p. 99), houve “todo um esforço de sistematização de dados relativos a temas que equacionem a unidade nacional e a pluralidade cultural”, entre os quais se inseriam as “diferentes celebrações relacionadas ao complexo cultural do boi” (VIANNA, 2001, p. 99). Entretanto, no Maranhão, em que pese ao fato de o boi ser grandioso em termos de mobilização de pessoas, valores, sentimentos, saberes e fazeres, a reação mais recorrente de gestores de cultura e boieiros<sup>10</sup> frente à proposta de patrimonialização, no início dos 2000, era: “O que se ganha com isso?” (CARVALHO, 2018, p. 213). Logo, seria necessária uma década para o aprofundamento das discussões que condicionaram o pleito de registro da brincadeira.

Enquanto isso, no Amazonas, intelectuais, gestores e brincantes se movimentavam em torno do propósito de registrar o Boi-Bumbá de Parintins, ao que vários setores contrapunham uma série de objeções, em especial o “distanciamento entre a realidade comunitária da qual parte o folguedo e as expectativas geradas quando este integra um festival voltado para os visitantes turistas, entre outros” (FARIAS, 2018, p. 82). Da mesma forma que, no Maranhão, não se tratava de registrar um ou outro boi,<sup>11</sup> no Amazonas, também, a lógica da patrimonialização deveria tomar por referência o universo sociocultural da brincadeira, integrado por uma variedade de grupos

---

10 São assim chamados os indivíduos ligados ao boi por diferentes funções e formas de participação na brincadeira.

11 Carvalho (2011) menciona que, em 2001, havia mais de duzentos grupos de cadastrados apenas em São Luís, sem contar aqueles existentes no interior do estado.

que não alcançam a projeção dos parintinenses Garantido e Caprichoso. Farias (2018, p. 82) relata haver, entre os grupos, “reiteradas comparações tendo por parâmetro o Festival de Parintins”, eivadas de críticas à dimensão espetacular dos bois nesse município, supostamente incongruente com a tradição, e à desigualdade de tratamento dispensado aos seus congêneres incógnitos. Nesse contexto, o registro do Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins só viria a se concretizar em 2018.

As dificuldades dos processos de patrimonialização de ambas as brincadeiras não se iniciam nem se encerram neles próprios, mas se ligam a condicionantes pretéritas das inserções dos bois nos círculos locais de poder, bem como apontam perspectivas futuras a partir do atual cenário de contenção de recursos humanos e financeiros para o campo do patrimônio cultural no Brasil. Cenário esse agravado em 2020 pelo fenômeno da pandemia, que tem provocado perdas humanas e econômicas, assim como mudanças sociais e culturais, em nível global, as quais são ainda mais avassaladoras nos contextos de pobreza material e vulnerabilidade em que se encontra a maioria dos integrantes dos bumbas e dos bumbás.<sup>12</sup>

Nas próximas seções, detemo-nos em analisar os itinerários dos bois do Maranhão e do Amazonas nas arenas locais onde se definem políticas para a cultura popular. Focamos, em especial, nos processos que conduziram ao registro de ambos como patrimônio cultural do Brasil. Ponderamos, ainda, sobre a situação desse patrimônio na pandemia de 2020, considerando a redução do fomento destinado aos bens culturais pelo Estado e as estratégias acionadas por alguns grupos (aqueles que puderam fazê-lo) para se manterem, de alguma forma, ativos. Por fim, apresentamos reflexões inconclusivas, especulativas quanto aos desdobramentos das recentes experiências dos grupos enfocados neste artigo.

---

12 Bumbas e bumbás são formas simplificadas para se referir às brincadeiras, usais nos contextos analisados.

O registro do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão reverteu o estigma de “folgado agressivo, violento, baderneiro, insólito, barulhento e atentador da ordem moral” (*apud* MARQUES, 1999, p. 59) que foi historicamente associado a essa expressão cultural de grupos majoritariamente negros. Entretanto, mudanças na percepção da brincadeira pela sociedade maranhense precedem, em décadas, o processo de patrimonialização. Com efeito, remontam aos anos 1960, quando ganhou força o projeto do Governo Estadual de consolidar o Maranhão como destino turístico.

Nesse período, além da publicação de inúmeros títulos sobre práticas culturais populares, verifica-se a criação de órgãos, como arquivos, bibliotecas e secretarias de governo, voltados para esse tema, que, juntos, contribuíram para a formação de um universo favorável à constituição do folclore e da cultura popular tanto como campo de estudos quanto como terreno de ação política (CARVALHO, 2011, p. 165).

Uma série de iniciativas então registradas indicam a eleição do bumba meu boi como ícone da identidade cultural maranhense e um dos principais motes de divulgação dos atrativos do estado (EMPRESA MARANHENSE DE TURISMO, 1982). Àquela altura, as políticas públicas de incentivo à brincadeira vinculavam-se ao fortalecimento do artesanato e, via Fundo Rotativo de Incentivo ao Turismo e Artesanato (Furintur), criado em 1968, concentravam-se na identificação dos grupos e na distribuição de matérias-primas a eles, visando a contribuir para a confecção de indumentárias e objetos. De acordo com um boieiro que vivenciou essa época, os grupos retribuíam o que recebiam na forma de apresentações em hotéis ou no próprio Palácio de Governo em ocasiões solenes, “quando tinha algum visitante ilustre. Mas não tinha contrato, era tudo de boca no tempo que palavra tinha valor. A gente ficava satisfeito porque era uma forma de apresentar nosso trabalho e não ficar devendo favor pois favor não tem preço. Então era uma troca”.<sup>14</sup>

---

13 Verso de Apolônio Melônio, antigo dono do Bumba Meu Boi da Floresta.

14 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em agosto de 2020.

Com a extinção do Furintur, em 1971, e a criação da Empresa Maranhense de Turismo (Maratur), em 1976, as doações diretas foram suspensas e substituídas pela contratação de espetáculos e, em casos pontuais, pela reforma de barracões<sup>15</sup> em parceria com a Secretaria de Obras do Governo do Estado (EMPRESA MARANHENSE DE TURISMO, 1982). Segundo um dono de boi, nesse momento foi necessário que os grupos se formalizassem, constituindo pessoas jurídicas com estatuto, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e outros documentos que os habilitassem para a percepção e gestão de recursos públicos de acordo com normas passíveis de fiscalização.

Nem todo mundo empregava o dinheiro como tinha que usar. Outros pegavam material e vendiam por trás... Então, acho que isso chegou por lá [no governo], sustaram e desde esse tempo tem cachê de apresentação. Se você se apresenta, você recebe o seu cachê. Se não, fica assim mesmo e tchau, até para o ano. No meu ver, foi bem aí que o rastro do boi mudou. *Deixou de brincar para se apresentar!* E tem mais, a Maratur só chamava para os eventos aqueles que estavam com chapéu com fita boa, bastante brilho na roupa, turma grande e bem padronizada. Sempre teve rixa entre nós! Mas a mão do governo pesou muito e a discriminação também começou aí (Grifo nosso).<sup>16</sup>

Nos anos 1980 e 1990 as inovações na política cultural maranhense contribuíram para aproximar os bois das mídias e do mercado turístico-cultural. Até então, conforme depoimentos de boieiros, gestores e funcionários de diferentes esferas do poder público e da iniciativa privada, os bois tinham um perfil mais comunitário, e a percepção de cachês em dinheiro não era a prioridade das agremiações e dos comunitários, que participavam de arraiais independentemente da ação direta do poder público. O pagamento de promessas e/ou o prazer de ver o grupo se apresentar sobressaía, enfatizando o caráter sagrado da brincadeira.

---

15 Os barracões são espaços de sociabilidade, trabalho e organização da brincadeira, abrigando atividades de produção de indumentárias, ensaios e rituais.

16 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em junho de 2020.

Esse aspecto parece ter se enfraquecido no processo de crescente turistificação<sup>17</sup> da festa, que atingiu o ápice em meio à conquista do título de Patrimônio Mundial da Humanidade<sup>18</sup> pela cidade de São Luís, em 1997. Segundo interlocutores, essa foi a época áurea das políticas públicas voltadas para as culturas populares, quando investimentos massivos foram canalizados para as brincadeiras sob o argumento de valorização e fortalecimento das raízes e tradições que compunham a identidade maranhense. Desde então, testemunham-se diversas iniciativas de promoção e difusão do bumba meu boi, destacadamente: a) o cadastramento dos grupos, classificando-os por estilo, número de participantes, tempo de existência, graus de representatividade junto à sociedade local e calendário ritual, entre outros quesitos; b) a contratação de apresentações com cachês variáveis conforme o porte e o prestígio dos grupos; c) a abertura de casas museais tematizando o boi e outras expressões populares; d) o financiamento de CDs e DVDs de agrêmiações; e) o investimento de grandes empresas privadas como a Vale e a Coca-Cola, sistemas de comunicação, shopping centers, escolas, agências de turismo e hotéis em arraiais particulares (SILVA, 2008). Como resultado, foram reforçadas a dimensão espetacular da festa e a competição com base em critérios de apelo estético e mercadológico, aprofundando as formas de distinção e hierarquização entre os bois.

Visando a obter recursos financeiros para prover a brincadeira,<sup>19</sup> os grupos passaram a fechar contratos com arraiais e outros espaços em qualquer época do ano, flexibilizando o ciclo público dos festejos, que, por motivações religiosas, tradicionalmente se inicia com o batizado, em 23 de junho, e se encerra com a morte do boi.<sup>20</sup> Com isso, o sentido e o modo de partici-

---

17 Expressão que alude à transformação de algo em atração turística.

18 Concedido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

19 Os custos de participação no espetáculo envolvem, no mínimo, a oferta de alimentação e bebida ao grupo e o aluguel de ônibus para conduzi-lo até os arraiais, bem como o custeio do transporte dos brincantes que voltam para suas residências no final das apresentações.

20 As chamadas apresentações fora de época ocorrem em qualquer momento do ano, seja antes do batismo, seja depois da morte do boi. Frente à desconsideração do ciclo ritualístico da brincadeira, os brincantes costumam dizer que “o boi não morre mais, só desmaia”.

pação dos brincantes dentro dos grupos também vêm passando por alterações que atualizam e aprofundam conflitos internos entre pessoas imbuídas de diferentes valores.

Minha filha, teve brincante que saiu porque achou que estava lucrando em cima deles. Eles ouvem falar de cachê e pensam que é rio de dinheiro. Daí, decidi mostrar o valor de cada cachê, os custos de cada apresentação com aluguel de ônibus, lanche, jantar, conhaque, cachaça, água, refrigerante e a passagem de Uber dos que moram longe ou têm de trabalhar no outro dia. Aí tem o agrado [ajuda de custo ou remuneração simbólica] que hoje tem que dar para cada um, mais luz, contador, impostos para tirar nota fiscal, despesa de batizado e morte de boi, couro novo, roupa nova... esses últimos não tem há anos porque a condição é pouca. Quem vê propaganda, quem vê o boi na rua não tem ideia da luta. Acho que nem mesmo o Estado sabe, e, se sabe, não faz nada porque não quer. Mas a culpa também é nossa porque a gente se sujeita a isso. Fica uma competição, cedemos à pressão e o movimento se desune. Isso faz mal para nós mesmos!<sup>21</sup>

No contraditório cenário de valorização e acirramento de divergências e disputas entre componentes e grupos de boi, por volta de 2004, gestores, pesquisadores e brincantes começaram a discutir a possibilidade de solicitar o registro da brincadeira como patrimônio cultural brasileiro. Àquela altura, a equipe do CNFCP/Iphan havia descrito, para efeito do INRC, grupos existentes em 14 municípios das cinco regiões do estado às quais, convencionalmente, são relacionados os cinco sotaques do bumba meu boi do Maranhão. Havia produzido, também, exposições museológicas, materiais de difusão cultural e artigos sobre o boi e a experiência do INRC.

A despeito do acúmulo de dados inventariados pelo CNFCP, inexistia consenso entre boieiros, pesquisadores e gestores locais quanto à pertinência da patrimonialização. Assim, em 2007 e 2008, por iniciativa das instituições estaduais de cultura e sob o comando da Superintendência Regional do Iphan no Maranhão, uma pesquisa complementar ao INRC foi realiza-

---

21 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em junho de 2020.

da a fim de aprofundar o conhecimento do bem e subsidiar deliberações quanto a um eventual pedido de registro. Nessa etapa, grupos de boi foram pesquisados em mais 42 localidades de diferentes regiões do estado a fim de demonstrar a abrangência da celebração no território maranhense, bem como suas diferentes nuances, irredutíveis aos cinco estilos chancelados pelo poder público, pesquisadores e folcloristas desde os anos 1970 (IPHAN, 2011). Na referida pesquisa, as instituições locais de cultura assumiram, pela primeira vez, o protagonismo na discussão e condução do processo de patrimonialização do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão, que culminou no registro e na inscrição desse bem no Livro das Celebrações, em 2011.

Aparentemente, a ampliação do número de agremiações e localidades inventariadas não resultou em mais representatividade ou visibilidade para aquelas que já não eram muito valorizadas nos arraiais e demais circuitos locais de apresentações. Para elas, a patrimonialização não promoveu melhorias objetivas em relação às condições de realização da brincadeira. Assim, o próprio valor simbólico do título de patrimônio cultural do Brasil veio a ser progressivamente esvaziado em determinados segmentos, como se depreende do depoimento de um boieiro:

Senhora, eu fiquei muito contente quando ouvi falar desse título de patrimônio. [...]. Mas que nada, entendi que era ouro de tolo. Nem um papel, um diploma com meu nome. Vejo é bois de outro dia com mais prestígio que nós [...]. E nós tendo cada dia mais dificuldade, mais despesa e tendo que provar na Cultura de que tenho capacidade de me apresentar, juntando uma ruma de papéis. Eu sei do meu valor, mas, quem está dirigindo a política, não. Isso me corta por dentro! Só São João mesmo para me fazer continuar!<sup>22</sup>

Por outro lado, aguçando as contradições internas das políticas de valorização/desconsideração das brincadeiras populares, que o registro veio reforçar, a ampliação do inventário do bumba meu boi ajudou a fortalecer a candidatura desse bem ao título de patrimônio imaterial da humanidade,

---

22 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em junho de 2020.

que foi conquistado em dezembro de 2019. Na visão dos grupos alijados dos círculos de prestígio da política cultural local, contudo, esse segundo título também tem sido ineficaz no que tange à promoção da sustentabilidade do bumba meu boi, como avaliam vários donos de boi representados neste desabafo: “Esse tal patrimônio?! Diz que tem dois [títulos]! Mas, para nós mesmo, o patrimônio é só na despesa. Que a vida mesmo não melhorou. Ao contrário!”<sup>23</sup>. Outro boieiro explicita que o estatuto de patrimônio beneficia as cadeias produtivas do turismo cultural, sem alterar a situação da maioria dos bois:

O que mudou depois desse reconhecimento mundial? Meu olhar é que não mudou nada até agora porque ser reconhecidos nós já éramos antes, inclusive a nível de mundo. Muitos pesquisadores, muita gente de fora do estado e do Brasil interessada em nós bem antes dessas titulações de patrimônio. O boi já está lá fora há muito tempo. Então, esse título eles só efetivaram, só tramitaram legalmente. Quem lucra com isso? Alguns grupos que estão melhor situados, o próprio poder público e a cadeia do turismo.<sup>24</sup>

Na visão crítica daqueles que se sentem excluídos dos círculos de política e prestígio locais, nem mesmo as ações de salvaguarda formuladas e implementadas pelo Iphan, com parceiros e detentores do bem, têm logrado êxito em promover a sustentabilidade cultural do bumba meu boi. Segundo técnicos do Iphan, a diversidade e a falta de coesão entre os grupos dificultam a implementação de ações de salvaguarda de amplo alcance, então o instituto realiza, principalmente, projetos pontuais com objetivo de documentar, fomentar e conscientizar sobre o valor patrimonial e cultural da brincadeira.<sup>25</sup>

---

23 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em junho de 2020.

24 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em setembro de 2020.

25 Nos últimos anos, o plano de salvaguarda tem priorizado ações de educação patrimonial em escolas e de apoio a grupos dos sotaques de costa de mão e zabumba – que, em geral, recebem menos recursos de órgãos públicos e empresas privadas – como, por exemplo, algumas oficinas de bordado de couro de boi (para o sotaque de costa de mão) e o incentivo à apresentação de comédias no Festival de Bois de Zabumba, um evento anual organizado por bois desse sotaque em São Luís.

Apesar de festejarem os títulos de patrimônio obtidos pelo bumba meu boi maranhense, os poderes públicos nas esferas municipais e estadual, contudo, não incorporaram o objetivo principal da política nacional de patrimônio imaterial, que é a sustentabilidade dos bens registrados. Assim, enquanto o Iphan busca implementar ações que visam “a difundir, apoiar e fomentar o bem registrado, no curto, médio e longo prazo” (VIANNA; SALAMA; PAIVA-CHAVES, 2015, p. 300), os órgãos de cultura no Maranhão atualizam antigas práticas de seleção e contratação de grupos para apresentações pelas quais recebem cachês.

Atualmente, porém, em nome de uma suposta isonomia, a seleção dos contratados é regulada por editais públicos. Ocorre que as exigências burocráticas e até mesmo a leitura e a interpretação dos editais não se coadunam com a realidade da maioria dos brincantes. Logo, as condições de acesso às políticas e aos recursos públicos destinados à brincadeira são penosas para a maior parte dos bois. Ademais, nos últimos anos vem ocorrendo um progressivo encolhimento do aparato governamental (federal, estadual e municipal) de apoio à cultura popular, que é exemplificado pela drástica redução da programação junina oficial.<sup>26</sup> Em suma, enquanto diminui a parcela de recursos disponíveis, aumenta a complexidade dos mecanismos para acessá-los. Assim, os bois têm de se apropriar de diferentes conhecimentos, linguagens e tecnologias e buscar alianças com sujeitos externos à brincadeira, dos quais ficam parcialmente dependentes: “É um povo antigo, às vezes sem instrução ou muito carente, e não tem condições de acompanhar edital. Para isso, teria que pagar contador, projetista, advogado, enfim, uma equipe que auxilie” – assinalou um dono de boi.<sup>27</sup>

As dificuldades enfrentadas pela maioria dos boieiros agravaram-se significativamente em 2020 diante da pandemia de covid-19, não só porque os festejos foram suspensos, mas também porque o orçamento previamente destinado

---

26 Se, até 2010, São Luís chegou a ter quase uma centena de arraiais financiados pelos órgãos municipais e estaduais de cultura (SILVA, 2008), em 2019 houve apenas três arraiais oficiais e outros seis arraiais de bairros apoiados pelo governo (O ESTADO DO MARANHÃO, 2020).

27 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em setembro de 2020.

à sua realização não foi canalizado para apoiá-los: “Veio a pandemia e não teve nadinha!”<sup>28</sup> – resumiu um brincante. Assim, a despeito do reconhecimento do bumba meu boi do Maranhão como patrimônio cultural do Brasil e da humanidade, os grupos de boi, em toda sua diversidade (cultural, organizacional, ritual, administrativa e material), vêm encarando a pandemia como mais um capítulo da longa história de disputas no universo da cultura popular.

Eu não vejo uma contrapartida para o que eles querem fazer o turista, o povo acreditar que seja, o bumba meu boi. Estamos à própria sorte. Muita gente adoeceu, morreu, passou necessidade, ficou depressivo. Vi boieiro de boi famoso saindo de cadeira de roda do hospital. Que eu saiba, ninguém de poder público chegou junto para nada e, se chegou foi só para ele. São João é quem cuida e nos dá ânimo e fôlego para fazer.<sup>29</sup>

Para alguns bois, porém, surgiram oportunidades de expandir o raio de ação em espaços até então inexplorados ou pouco ocupados, particularmente nos ambientes virtuais das redes sociais, que se tornaram espécies de extensões de seus barracões. Em geral, esse é o caso dos grupos que, décadas atrás, se lançaram a “brincar em terra alheia”, como cantou Apolônio Melônio, e estabeleceram contatos mais próximos com personagens influentes no cenário político-cultural maranhense, onde vêm se mantendo. Das apresentações no Palácio de Governo, nos anos 1960, aos arraiais opulentos da primeira década dos 2000, bois como o da Floresta e o da Liberdade – representados por duas interlocutoras deste artigo – adquiriram competências para transitar nas esferas políticas e intelectuais modernizantes sem perder o vínculo com sua tradicional hierarquia ritual. Parafraseando um brincante, bois como os delas tornaram-se “importante[s] para a instituição pública, até porque pode depor contra eles [os gestores públicos] um certo boi tradicional não participar do calendário [dos arraiais]”.<sup>30</sup> No comando de seus grupos, Nadir Cruz e Regina Avelar narram suas singulares experiências de celebração em contexto de pandemia.

---

28 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em setembro de 2020.

29 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em agosto de 2020.

30 Entrevista concedida a Wilmara Figueiredo em agosto de 2020.

Antes mesmo de iniciar a roda de conversa mencionada no início do texto, Nadir demonstrou desenvoltura diante da transmissão do evento através de um canal da plataforma de vídeos youtube, disponível na internet. “Eu gostaria de dar um alô pro pessoal que está on-line!” – disse ela, dirigindo-se especialmente a brincantes do grupo que estariam assistindo à sua apresentação. Em seguida, explicou como o Boi da Floresta, que tem 155 componentes, reagiu à impossibilidade de realizar encontros e aparições públicas.

No primeiro momento, foi tudo muito assustador. Ninguém sabia o que fazer. Todo mundo ficou atônito sem saber por onde começar. Só depois de algum tempo nós fomos nos habituando a esse novo momento. Então, começamos a pensar em não deixar as etapas, as fases da vida do bumba meu boi sem acontecer. Então, essas etapas foram acontecendo de uma forma muito sutil, digamos assim [...]. Então, na parte religiosa, que mais nos chama atenção, que a parte devocional, como fazer o batizado do boi sem ter..., sem aquele devoto estar presente diante do altar? Foi aí que então surgiu a oportunidade de fazermos esse ato religioso através das *lives*. [...]. Nós fizemos o batizado do boi, e os devotos, que tinham suas promessas para pagar, que tinham as suas graças recebidas, eles ficaram em casa, acenderam a sua vela, fizeram a sua contrição, as suas orações, faziam um vídeo, gravavam e enviavam pra gente e nós circulamos nas redes sociais.

A produção de *lives*<sup>31</sup> também constituiu alternativa adotada por Regina para, “pelo menos, fazer o cumprimento dessa promessa,<sup>32</sup> que para a gente é uma obrigação, esse lado religioso que a gente não abre mão e a gente fez”. Indagada durante o *webinar* do Comitê de Patrimônios Museus da ABA se o Boi da Liberdade celebrou o ciclo junino de 2020, ela foi categórica ao afirmar que, além de honrar rituais religiosos, o grupo chegou a participar virtualmente de arraiais:

---

31 Transmissões de áudio e vídeo ao vivo, que se difundiram massivamente na *internet* no contexto de distanciamento social imposto pela covid-19.

32 A promessa de botar o boi, como dizem os boieiros, fora feita por Leonardo, pai de Regina. Com sua morte, em 2004, ela assumiu a missão de dar continuidade ao grupo.

Esse ano aconteceu. Está acontecendo. Só eu estar aqui agora falando, é o modelo novo, né? Porque a pandemia não deixou o boi se aglomerar, dançar lá nos grandes palcos, mas abriu uma outra porta, uma alternativa totalmente moderna, que ele já se apresentou em alguns arraiais [...] através das redes sociais. Agora surgiu um outro modelo de apresentação, que é através das *lives*.

Nadir e Regina concordam quanto à dificuldade de adaptar os brincantes – e a si mesmas – à inusitada forma de celebrar São João. Primeiro, havia os desafios de natureza técnica envolvidos na operacionalização das ferramentas de registro audiovisual e transmissão *on-line*, que não faziam parte de seu cotidiano nem da maioria dos brincantes. Para a presidenta do Boi da Liberdade, isso virou uma “saga”.

Nós não tínhamos essa afinidade, eu digo, eu não tinha essa habilidade para lidar com essa ferramenta [...]. Quando chegou na época, a gente muito satisfeita, achando que estava todo mundo no modismo das *lives* – olha, se inscrevam, se inscrevam, que vai ser transmitido –, a gente também se empolgou, achando que ia dar certo nesse sentido [...]. Ai começou a nossa saga [...]. E ficou muito difícil. Para operacionalizar essa máquina foram os vizinhos [...], as pessoas, olhando a nossa dificuldade com a ferramenta, então o pessoal se dispôs a mostrar como fazia e registrar.

Em segundo lugar, a decisão de suspender ritos públicos do bumba meu boi impunha enfrentar complexos desafios de ordem simbólica, principalmente nas datas de maior apelo devocional. Nadir enfatiza que “não foi nada fácil ter que dizer para um brincante de bumba meu boi, que tem a sua vida voltada para cá, para ele ficar em casa no dia do batizado. Não foi nada fácil!”. Entretanto, vendo-se na condição de gestora cultural e responsável pelo bem-estar do grupo, mesmo fora dos arraiais, assumiu o ônus de fechar o barracão. De maneira semelhante, Regina restringiu o acesso ao Boi da Liberdade, mas, enquanto os mais velhos acataram as restrições, os mais novos procuravam burlá-las.

Os mais novos, vira e mexe eles aparecem na sede. Eles ficam questionando se o boi não vai brincar, e a promessa, como é que vai pagar [...]. A sede do boi nunca esteve tão fechada. Eu digo, fechada, não é só a porta. Tem que fechar a janela para eles passarem na porta da sede e acharem que não tem ninguém.

As dificuldades de modificar a forma tradicional dos principais rituais do bumba meu boi reverberam no plano das relações humanas e são amplificadas por temores de perdas e castigos imputáveis pelas divindades, sobretudo no cenário de doença e morte ornado pela pandemia. No Boi da Liberdade, Regina relata como esses temores foram levados em consideração nas opções pelas alternativas virtuais de celebração.

Porque aqui no Boi da Liberdade não tem só novinho, tem muitos idosos ainda. Muitos idosos. E o trato, você sabe que é bem diferente para a gente não magoar. Tudo que sai um pouquinho fora do padrão, eles falam: “Ah, já está mudando; se fosse Leonardo, não tinha isso”. Ou então: “Daqui a pouco leva um castigo aí, está pagando, não sabe o que é”.

Apesar dos desafios, ela entende que a experiência inusitada de 2020 aproximou o Boi de Leonardo do “novo normal”, expressão que se tornou recorrente para designar a reorganização da vida cotidiana e das relações sociais a partir da covid-19. Até mesmo os mais idosos têm se adaptado ao modismo das *lives*, segundo conta, em meio a risadas:

Nós temos o grupo do *whatsapp*, mas essa ferramenta [*lives*] nós estamos aprendendo. E se tornou tão engraçado, que, depois que nós começamos a utilizar as redes sociais, os mais velhos: “Que horas que vai começar a nossa *live*?”<sup>33</sup>. Mas porque ele está lendo L-I-V-E. Aí eu apago logo [a mensagem] do grupo [do *whatsapp*] para não começar aquela anarquia! Porque quem está pronunciando, ele não sabe que está pronunciando *live*. Mas tem um parente, alguém, um neto, que vai levar a conversa e é aquele desgaste. Mas enfim, as pessoas que estão assistindo elas estão entendendo se é *laive*<sup>34</sup> ou se *live* e nós estamos aí, resistindo.

---

33 Regina acentua o “i” para imitar a pronúncia da palavra aporuguesada.

34 Acentuando a pronúncia “ai”.

Em pensamento próximo ao de Regina, Nadir avalia que “a tecnologia, que era uma coadjuvante na nossa vida, na vida da cultura popular [,] passou a ser assim, artista principal da história: protagonista!”. Ela vai além e prenuncia que a transmissão de rituais do boi através de redes sociais “foi uma coisa que chegou para ficar” no Bumba Meu Boi da Floresta.

Assim como Nadir e Regina, alguns poucos donos de bois tiveram êxito em migrar os afazeres relacionados à brincadeira para o mundo virtual e atrair seu público costumeiro para ritos e eventos transmitidos pela internet. A experiência dos grupos, em sua absoluta maioria, não envolveu iniciativas similares, seja por não terem sido convidados para os arraiais virtuais, seja por não terem recebido o suporte e o aparato necessários para criar a própria programação virtual, sem contar o fato de estarem longe de gozar do mesmo prestígio junto a produtores culturais, políticos, possíveis patrocinadores e ao público mais amplo.

#### PATRIMÔNIO DO POVO NÃO VAI ROLAR NA RIBANCEIRA<sup>35</sup>

Alvatir Silva canta os versos das toadas que inspiram o título desta seção desde que, menino de pouca idade e mesmo sendo filho do presidente do Boi, não estava autorizado a brincar no Corre Campo e, por isso, fazia boi com caixa de papelão, chifres com espetos de churrasco e batucada com latas. Já adulto, como pesquisador, gestor cultural e dirigente da Associação Folclórica e Cultural Boi-Bumbá Corre Campo, pôde acompanhar o processo de registro do boi amazonense como patrimônio cultural brasileiro, bem como as perspectivas e frustrações que ele gerou, principalmente entre os boieiros de Manaus.

Quando as discussões sobre a possibilidade de registro do boi-bumbá se difundiram no Amazonas, criou-se entre os grupos da capital a expectativa de que esse título pudesse facilitar o acesso a políticas públicas de cultura do município e do governo do estado. A Prefeitura de Manaus, em 2005,

---

35 Subtítulo inspirado em trechos de toadas dos mestres Pedro Beira-Mar, Duda e Zé Galinha, que se referem ao Boi-Bumbá Corre Campo.

passara por uma reformulação administrativa que consolidou a Secretaria Municipal de Cultura (SEMC) e, dentro dela, um Núcleo de Patrimônio Imaterial, vinculado ao Departamento de Patrimônio Cultural (BRAGA, 2012). Havia, naquela época, um ambiente local e nacional favorável à ampliação do debate e das ações voltadas ao patrimônio cultural de natureza imaterial, e isso favoreceu a canalização de recursos para a realização de um grande festival folclórico na arena do Centro Cultural Povos da Amazônia – o qual durou todo o mês junho de 2006 – e para a concessão de apoio aos chamados minifestivais e arraiais de bairros de Manaus.

Nesse embalo, em 2007, a SEMC iniciou o Inventário dos Grupos Folclóricos de Manaus com o objetivo de levantar dados preliminares para, posteriormente, produzir uma pesquisa mais robusta e conscientizar os mais de 350 grupos folclóricos da cidade acerca da oportunidade de pleitear o registro das referências culturais do ciclo junino de Manaus como patrimônio cultural do Brasil. O inventário foi um projeto piloto, no decorrer do qual algumas ações de salvaguarda foram executadas, a exemplo do espetáculo *Mestres dos bois de Manaus: contando e cantando a história*,<sup>36</sup> que levou a palcos da cidade antigos mestres da brincadeira.

Animados com os resultados do projeto, representantes da SEMC foram a Brasília nas comemorações de 70 anos do Iphan com a pretensão de solicitar formalmente a abertura de um processo de registro das referências culturais do ciclo junino de Manaus. Endossada por grupos culturais locais, a almejada patrimonialização era entendida como uma via de acesso a medidas de salvaguarda que abrangessem múltiplas manifestações juninas da cidade, incluindo os bois. Em relação a estes últimos, o que estava em jogo era a visibilidade dos bumbás manauaras no processo de parintinização<sup>37</sup>

---

36 A iniciativa foi agraciada na primeira edição do Prêmio Mestre Duda de Cultura Popular, do recentemente extinto Ministério da Cultura.

37 Silva (2011) chama de parintinização as mudanças operadas no boi-bumbá de Manaus para se adaptar ao modelo de apresentação de seus congêneres de Parintins. Segundo o autor, tal processo implica alterações na estética da música, da dança e da indumentária, bem como a adoção de novas regras e quesitos de avaliação das apresentações dos grupos.

que, desde o final da década de 1980, vinha drenando recursos públicos para os bois Garantido e Caprichoso, de Parintins, e levando à dissolução dezenas de grupos da capital amazonense. Entretanto, os planos da SEMC começaram a ruir quando, em audiência com a então presidente do Iphan, o grupo recebeu “um banho de água fria”.

Nos anos seguintes, já sob uma nova gestão na Prefeitura de Manaus, a Secretaria de Cultura foi extinta, e as ações no campo do patrimônio relegaram os bens imateriais ao segundo plano. O desejo de patrimonialização do boi-bumbá, contudo, perdurou e levou grupos locais a apoiarem a iniciativa do Iphan de instruir o processo de registro dos bois do Amazonas como patrimônio cultural do Brasil. Para eles, esse título seria importante para que as agremiações de Manaus alcançassem políticas culturais até então focadas na brincadeira de Parintins. O Boi-Bumbá Corre Campo foi um dos mais interessados em colaborar com as ações do Iphan, abrindo suas portas para pesquisadores.

No curso das pesquisas, chegou ao conhecimento dos grupos de Manaus que os bois de Parintins estariam resistindo à proposta do registro por acreditarem que, uma vez titulados, ficariam sujeitos aos rigores de auditorias fiscais – do Tribunal de Contas da União, por exemplo. Diz-se que, naquele momento, os artistas dos bois parintinenses foram receptivos às pesquisas do Iphan, mas as diretorias dos grupos não. Na perspectiva dos boieiros da capital, esse fato era animador, pois supostamente abriria espaço para consolidar a atuação dos bois manauaras na proposição do registro do bem. Todavia o processo de pesquisa e documentação da brincadeira foi prolongado e conturbado por problemas técnicos e administrativos de empresas contratadas pelo Iphan para diversas atividades necessárias à instrução do pedido registro. Progressivamente, os bois de Manaus foram afastados da posição central que gostariam de ter.

---

Batalha (2020, p. 23) trata a parintinização como um “processo de ‘desterritorialização’ da cultura do boi-bumbá, que [...] se reconfigura para atender a demanda do mercado”.

Finalmente, em 2016, um grupo de pesquisadores vinculados à Universidade de Brasília concluiu os trabalhos que embasaram o registro do Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, excluindo-se, com esse recorte territorial, os bois de Manaus. Para os brincantes que dispensaram seu tempo aos pesquisadores nas fases anteriores do INRC – não só na capital, mas também em municípios como Barreirinha, Nova Olinda do Norte e Itapiranga –, o resultado de todo o processo foi extremamente frustrante. Na visão deles, a delimitação do sítio ou território do bem registrado foi uma decisão arbitrária de pesquisadores, possivelmente influenciados por pessoas do próprio universo da cultura popular, que os teriam levado a priorizar os grupos de Parintins, Maués e Itacoatiara na caracterização do bem, em detrimento de outras localidades onde brincadeiras de boi têm sido narradas desde o século XIX.

Do ponto de vista técnico que o Iphan adota, os bois de Manaus não foram excluídos: não constam da primeira delimitação do bem cultural, mas poderão vir a ser incluídos nas futuras revisões do registro, que devem ser feitas a cada dez anos por determinação legal. Todavia, do ponto de vista simbólico e afetivo que é assumido pelos brincantes diante de sua referência cultural, a desconsideração dos bois Manaus no ato oficial foi uma covardia, no sentido que a palavra assume no samba-enredo de 1982 da tradicional escola de samba carioca, Império Serrano: “Super Escolas de Samba S.A./ Super-alegorias/ Escondendo gente bamba/ Que covardia!”.

No Boi-Bumbá Corre Campo, no bairro de Cachoeirinha, a exclusão de Manaus da área delimitada no dossiê de registro foi decepcionante. A fama do grupo fundado em 1942 pelos mestres Astrogildo Santos, Wandiguaramiro (Miro), Pelica, Tucuxi e Ceará é grande e celebrada em toadas de outros mestres como Jorge Macaco, Waldir da Cuíca, Clovis Nascimento, Zé Preto e Pedro Beira-Mar, que cantou: “Eu perguntei à morena/ Qual é o seu Boi famoso?/ Ela disse que é Corre Campo/ Que é patrimônio do Festão do Povo”. Na metade do século XX, os bois se enfrentavam em lutas corporais pelas ruas mal iluminadas da cidade, mas os componentes do Corre Campo sempre saíam do curral – sede do grupo – com as bênçãos de Mãe Quintina

Menésia, renomada sacerdotisa de um terreiro de mina do bairro de Cachoeirinha. O boi faz de si a imagem de um incansável lutador, representado na toada dos mestres Duda e Zé Galinha:

*Guerreiro de Corre Campo não foge da luta, não  
Não abandona a batalha, nem permanece no chão  
Porque ele é igual a um país vencido  
Igual um leão ferido, mas que não ergue as mãos  
Vem meu guerreiro, volta pra tua trincheira  
Honra tua brincadeira, festejando São João  
Enquanto houver um Vaqueiro destemido  
Um Índio, um Rapaz amigo, Beira-Mar na marcação  
Enquanto houver Mestre Miro bem na frente  
Zeca tirando repente, Beira-Mar na marcação  
Não vão deixar meu Boi rolar na ribanceira  
Vai sacudir a poeira, vai manter a tradição*

Os anos de 2010 a 2019 foram de batalha para o Corre-Campo. O cantado “patrimônio do festão do povo” sofreu sucessivas derrotas nos arraiais, até se reerguer, e no sonho de registro do boi-bumbá de Manaus. Em 2020, foi surpreendido pela pandemia de covid-19 quando se preparava para o ciclo junino. Em pleno mês de maio, Manaus protagonizava os noticiários locais e nacionais devido ao alto número de mortes provocadas pela doença, que levou ao colapso o sistema funerário da cidade. Embora alguns brincantes pressionassem os dirigentes do boi para realizar a brincadeira, não houve festejos. Apenas nas casas de famílias mais antigas do grupo, onde determinados materiais como indumentárias e o próprio boi-brinquedo são guardados, alguns ritos foram executados da maneira muito reservada. Assim, mesmo sem ter ido às ruas, o Corre Campo manteve-se ativo nas sensibilidades e devoções de seus membros.

Por outro lado, uma série de pessoas relacionadas ao boi foi afetada pela suspensão das festas juninas, que abateu um circuito da economia local frequentado apenas pelos produtores das manifestações culturais populares. Inúmeros costureiros e costureiras, aderecistas e outros artesãos contam com a remuneração de trabalhos que executam para as brincadeiras juni-

nas; para alguns, essa é a mais importante fonte de renda ao longo do ano. Seus orçamentos familiares, portanto, foram devastados com a suspensão das festas e, por conseguinte, do dinheiro que em função delas circula. As secretarias de cultura de Manaus e do Estado do Amazonas, que são as principais provedoras de recursos para a cultura popular na capital, não conseguiram dimensionar a magnitude dos impactos da pandemia e propor alternativas para a injeção de recursos nesse setor.

Alguns bois se arriscaram a realizar rituais na via pública, mesmo contrariando as medidas profiláticas adotadas para conter a pandemia. No bairro de Santa Luzia, vizinho a Cachoeirinha, o Boi-Bumbá Tira Prosa celebrou seu batizado na rua, com a presença dos mestres Dário e Zé Preto, e o evento foi gravado e transmitido em páginas de facebook. O Corre Campo, por sua vez, não conseguiu obter recursos junto aos órgãos de cultura nem para produzir *lives*.

Enquanto isso, em Parintins, os dirigentes dos bois Garantido e Caprichoso se articularam junto à Secretaria de Estado da Cultura, ao governo federal e à grande teia formada por emissoras de televisão e empresas privadas de grande porte – de telefonia, e bebidas, principalmente – que patrocinam o festival naquela cidade. Sua intenção era realizar o Festival de Parintins em novembro, de modo que programaram o evento e puseram ingressos à venda. Entretanto, por força de medida cautelar interposta pelo Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública recomendando o cancelamento do festival, finalmente foi reagendado para 2021.

A pandemia de covid-19 também impôs o fechamento de bares, casas noturnas e outros espaços culturais onde normalmente ocorrem shows e ensaios dos bois de Parintins em Manaus. Nesse contexto, artistas do campo musical também recorreram à realização de *lives* em plataformas e canais digitais. Entretanto, como é necessário ter um número mínimo de mil inscritos em um canal do youtube para promover uma *live*, a grande maioria deles não teve sucesso nessa empreitada, restando a oportunidade àqueles já famosos. A propósito, as agências publicitárias entraram nesse circuito

de shows on-line, mas estabelecem o mínimo de 20 mil inscritos no canal de um artista para produzir comercialmente seus espetáculos.<sup>38</sup>

Em Parintins, com primorosa produção e patrocínio da Prefeitura, do Estado e de diversas empresas, os bois Garantido e Caprichoso de Parintins realizaram, após a decisão judicial de cancelamento do festival, uma série de *lives* com um amplo conjunto de artistas. Transmitidas em canal de TV aberta e ao vivo, elas foram consideradas a apresentação oficial dos bois em 2020.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Maranhão e no Amazonas, as brincadeiras juninas de bumba meu boi e boi-bumbá, antes vistas como badernas e proibidas, atualmente são ícones da cultura popular e motivam a realização de eventos de grandes proporções, que atraem levas de turistas. Milhares de pessoas se entretêm, brincam, trabalham e pagam promessas nessas ocasiões, produzindo e movimentando bens materiais e simbólicos que constituem referências culturais nos respectivos contextos.

A antiguidade, a força simbólica e a riqueza cultural dessas manifestações conferiram-lhes, na segunda metade do século XX, oportunidades privilegiadas de articulação com as esferas políticas e econômicas do Maranhão e do Amazonas, cujo interesse despertaram. Na década de 1990, as articulações estabelecidas nesse campo da cultura popular conduziram os bois a altos patamares de visibilidade, em ambos os estados. No entanto, as condições de acesso aos recursos circulantes nas esferas políticas e econômicas locais foram extremamente desiguais; privilegiaram alguns bois, em detrimento da maioria deles.

O registro dos “complexos culturais” – como o Iphan os nomeia – do Bumba Meu Boi do Maranhão e do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins-AM reforçou ou, antes, reconheceu o valor que os grupos locais atri-

---

38 Cabe fazer uma distinção entre artistas do meio musical do boi e os bumbás enquanto agremiações. Mesmo que um cantor seja vinculado a um boi, não significa que seus shows musicais (presencial ou virtual) sejam espetáculos de boi-bumbá.

buem a essas brincadeiras. No caso maranhense, o boi foi alçado à condição de patrimônio imaterial da humanidade, ultrapassando as fronteiras do estado e até da nação. A despeito dessas conquistas, porém, as condições de acesso aos recursos destinados à cultura popular permaneceram desiguais, e os processos de patrimonialização, se geraram expectativas e alguns resultados positivos, também foram, aos poucos, decepcionando amplos segmentos boieiros, tanto no Maranhão quanto no Amazonas. A titulação dos bois como bens do patrimônio cultural brasileiro, então, se deu em meio às históricas contradições dos processos de valorização e desconsideração das expressões culturais populares no país.

As contradições aprofundaram-se no imprevisto advento da pandemia de covid-19 em 2020, fomentando diferentes e desiguais experiências sociais no universo dos bois, que se viram instados a brincar na “terra alheia” das redes sociais. Aqueles que, há mais tempo e em menor número, adentraram as terras alheias das políticas locais de cultura adaptaram-se com relativo sucesso às novidades. Sem dúvida, exploraram as redes sociais tanto quando puderam e sentiram-se, de diferentes maneiras, satisfeitos com a possibilidade de manter o vínculo entre boieiros em ocasiões ritualísticas de alto apelo simbólico, ainda que em situação adversa. Para os demais, que são a imensa maioria dos bois do Maranhão e do Amazonas, a histórica assimetria de condições de acesso às políticas de cultura agravou-se e não lhes deu a oportunidade de brincar em novos ambientes. Até 2021, portanto, deverão ter que lutar para não “rolar na ribanceira”, pois as desigualdades tendem a aumentar a distância entre os mais diversos bois.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - ABA. Comitê de Patrimônios e Museus. *Patrimônios, museus e reexistências: as festas populares*. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=03caj\\_5PVes&list=PLrqsUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4yDP&index=3&ab\\_channel=TVABA](https://www.youtube.com/watch?v=03caj_5PVes&list=PLrqsUafHHXYynb3zsLcCmswhwYRHb4yDP&index=3&ab_channel=TVABA)>. Acesso em: 4 out. 2020.

BATALHA, Socorro de Souza. *Parintinização: os fluxos culturais do wãnkô kaçaueré em festas populares na Amazônia*. 2020. 250f. Tese (Doutorado em Antropologia). – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. *Os bois-bumbás de Parintins*. Rio de Janeiro: Funarte; Manaus: Edua, 2002.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. *Culturas populares em meio urbano*. Manaus: Edua, 2012.

CANO, Maria da Conceição Salazar. Entre santos e encantados: o universo religioso e o princípio da dádiva no bumba meu boi do Maranhão. *Repocs*, v. 15, n. 30, p. 67-90, 2018.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. *A graça de contar: um Pai Francisco no bumba meu boi do Maranhão*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. Reflexões sobre tendências atuais em torno de conceitos e metodologias do patrimônio imaterial: experiências de pesquisas e inventários participativos e/ou compartilhados In: SANTOS, Maria Luzitana Conceição dos; GIOVANNINI JÚNIOR, Oswaldo. *Mas, será o Benedito! Recosec e a coletânea de Inventários Participativos no Vale do Mamanguape*. João Pessoa: CCTA, 2018. p. 205-222.

CARVALHO, Maria Michol. *Matracas que desafiam o tempo: é o Bumba-meu-boi do Maranhão*. Um estudo da tradição/modernidade na cultura popular. São Luís: [s.n.], 1995.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. O boi-bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6 (suplemento), p. 1019-1046, 2000.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. Os sentidos do espetáculo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 38-78, 2002.

EMPRESA MARANHENSE DE TURISMO. *Subsídios para a história do turismo no Maranhão*. São Luís: Maratur, 1982.

FARIAS, Edson. Entre a tradução/objetivação do sujeito da objetivação e novas subjetividades artístico-culturais, no relato de uma viagem de campo. *G&DR*, Taubaté, v. 14, n. 4, p. 73-110, 2018.

FERRETTI, Mundicarmo. Tambor-de-mina em São Luís: dos registros da Missão de Pesquisas Folclóricas aos nossos dias. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 3, n. 6, p. 89-105, 2006.

FERRETTI, Sérgio. Boi de encantado na Mina do Maranhão. *Boletim da Comissão Maranhense de Folclore*, São Luís, n. 5, s/n, 1996.

FERRETTI, Sérgio. O bozinho de Dom Sebastião. Trabalho apresentado na 24ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Recife, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Dossiê do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão*. Brasília: Iphan, 2011.

FLEISCHER, Soraya. Antropólogos 'anfíbios'? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. *Revista Antropológicas*, v. 18, n. 1, p. 37-70, 2007.

MARQUES, Francisca Ester. *Mídia e experiência estética na cultura popular: o caso do bumba-meu-boi*. São Luís: Imprensa Universitária, 1999.

NOGUEIRA, Wilson. *Boi-bumbá: imaginário e espetáculo na Amazônia*. Manaus: Valer, 2014.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM SOCIEDADES AMAZÔNICAS, CULTURA E AMBIENTE. *Bumba meu boi-bumbá: as brincadeiras de boi em 2020*. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=4Injx-drG\\_J4&ab\\_channel=SacacaUfopa](https://www.youtube.com/watch?v=4Injx-drG_J4&ab_channel=SacacaUfopa)>. Acesso em: 4 out. 2020.

O ESTADO DO MARANHÃO. *Divulgado calendário do São João 2019 em São Luís*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/05/01/divulgado-calendario-do-sao-joao-2019-em-sao-luis.ghhtml>>. Acesso em: 6 set. 2020.

SILVA, Alvatir Carolino da. *Festa dá trabalho: as múltiplas dimensões do trabalho na organização e a produção de grupos folclóricos da cidade de Manaus*. Manaus: Edua, 2011.

SILVA, Gisélia Castro. *Cultura popular e poder político no maranhão: contradições e tensões do bumba-meu-boi no Governo Roseana Sarney*. 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

SILVA, José Maria da. *O espetáculo do boi-bumbá: folclore, turismo e as múltiplas alteridades em Parintins*. Goiânia: UCG, 2007.

VIANNA, Letícia. Dinâmica e preservação das culturas populares: experiências de políticas no Brasil. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147, p. 93-100, 2011.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues; SALAMA, Morena Roberto Levy; PAIVA-CHAVES, Teresa Maria Contrim de. ...Sem perder a ternura, jamais! Notas sobre a implementação da política de salvaguarda do patrimônio cultural registrado pelo Iphan. *Políticas Culturais em Revista*, v. 2, n. 8, p. 292-307, 2015.